

# Organizando RBAs: memórias, compromissos e desafios para uma história plural da antropologia brasileira

**Miriam Pillar Grossi**

Trago, neste texto, minha contribuição para a história da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que está diretamente ligada às Reuniões Brasileiras de Antropologia (RBAs), uma vez que a 1ª RBA, realizada em 1953, foi precursora de sua própria fundação. Considero que a ABA ocupa um lugar particular no campo das associações científicas brasileiras devido à sua preocupação no registro de sua própria história, que reflete tanto a constituição contemporânea do campo antropológico quanto da ciência no Brasil<sup>1</sup>.

Participar de uma RBA é um rito de passagem na constituição de nossa identidade enquanto antropólogas. Minha primeira RBA foi a 11ª RBA, realizada em Brasília na Semana Santa de 1984. Eu tinha 26 anos e era doutoranda em antropologia na Université de Paris V. Esta RBA aconteceu em um momento político significativo da história do Brasil, durante a luta pela democratização, do movimento Diretas Já; a participação como ouvinte me marcou muito, porque, além de me sentir parte da comunidade antropológica ali reunida, também pude conhecer a capital federal após duas décadas

---

1 Agradeço o convite de Andrea Zhouri e Denise Jardim para participar da sessão sobre as Antropologias do Sul e de Candice Vidal e Souza para organizar, junto com Vinicius Kauê Ferreira, duas sessões de reflexões em torno dos 70 anos de RBAs e os arquivos da antropologia brasileira. Sou também grata a Cornelia Eckert e Carmen Rial, grandes parceiras em muitas ações da história da ABA.

de Ditadura Militar. Após minha iniciação enquanto antropóloga aspirante nesta RBA, fui a praticamente todas as reuniões que ocorreram desde então; também tive o privilégio e o prazer de ter sido eleita presidente da ABA para a gestão 2004–2006, o que me permitiu participar ativamente da construção de nossa associação e de sua história.

Este texto reflete este engajamento na construção coletiva de nossa história e está dividido em 3 itens. O primeiro conta um pouco da história da antropologia em Santa Catarina e da 9ª RBA, realizada na UFSC em 1974. O segundo aborda a organização e impacto da 17ª RBA realizada em 1990 na UFSC. No terceiro, compartilho a trama da organização da 25ª RBA, que organizei, enquanto presidente da ABA, no ano de 2006, em Goiânia. Por fim, reflito sobre os desafios atuais de preservação da história da antropologia brasileira.

## Um pouco da história da Antropologia e da 9ª RBA em Santa Catarina

Na ausência do professor Silvio Coelho dos Santos, sinto-me na obrigação de contar um pouco da história da Antropologia de Santa Catarina, de seu papel na organização de duas RBAs.

A antropologia catarinense começou nos anos 1950, com o professor Oswaldo Rodrigues Cabral, um médico que, como outros de sua geração, era também um antropólogo autodidata e foi o responsável pela criação da cátedra de antropologia, antes mesmo de a UFSC ter sido criada oficialmente, em 1960. Ele foi o catedrático da disciplina de antropologia num momento em que ela era apenas ensinada no curso de História e Geografia. Ele teve um papel muito importante na fundação do Instituto de Antropologia, seguindo o modelo boasiano de pesquisas antropológicas em quatro campos: antropologia cultural, arqueologia, antropologia física e linguística. Este Instituto se transformou, em 1970, no Museu de Antropologia da UFSC e, mais recentemente, ele passou a se chamar MARQUE – Museu de Antropologia e Arqueologia. Indiretamente a formação em antropologia na

UFSC, pelos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e, posteriormente, em Antropologia Social, os departamentos de Ciências Sociais e de Antropologia e os cursos de Ciências Sociais e Antropologia devem a este visionário pioneiro.

Segundo as lembranças do professor Silvio Coelho dos Santos (que era um grande contador de histórias)<sup>2</sup>, o professor Cabral escolhia (a) melhor aluno(a) da turma de cada ano para ser (a) assistente dele<sup>3</sup>. Naquela época, ser professor(a) assistente era um cargo totalmente voluntário, sem nenhuma remuneração; era apenas uma forma de reconhecer os bons alunos e formar para a docência universitária.

A história das RBAs em Santa Catarina está relacionada com este momento, pois foi esta primeira geração formada pelo professor Cabral que organizou a 9ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 1974, na UFSC. Este grupo era formado, entre outros, por Silvio Coelho Santos, Anamaria Beck, Maria José Reis e Neusa Bloemer. Silvio era um grande visionário e sonhava com um lugar importante para a antropologia da UFSC; por estar em uma universidade pequena, marcada por relações mais pessoais, ele tinha uma excelente relação com o reitor. Assim, conseguiu convencê-lo a falar com o então ministro da Educação para que fosse autorizada e se apoiasse uma reunião brasileira de antropologia na UFSC<sup>4</sup>. Olhando para este momento histórico, percebemos o quão excepcional foi

---

2 Escutei, ao vivo, inúmeras destas histórias e outras estão registradas em um livro muito importante sobre os inícios das antropologias do Sul do Brasil, organizado por Silvio Coelho dos Santos (Santa Catarina), Cecília Helm (Paraná) e Sérgio Teixeira (Rio Grande do Sul). COELHO DOS SANTOS, S.; HELM, C.; TEIXEIRA, S. *Memória da Antropologia no Sul do Brasil*. Florianópolis, EDUFSC, 2006.

3 Silvio sempre contava que uma das tarefas dele, como esse aluno escolhido na turma dele, era ir segunda de manhã cedo, abrir a sala e começar a dar a aula de antropologia até o professor Oswaldo Rodrigues Cabral chegar.

4 Vale lembrar que, na época, os reitores eram indicados pelo regime militar e a política local era dominada por poucas famílias de elite. Silvio não provinha dessas elites – seu pai era sapateiro e filiado ao Partido Comunista – mas, por ter sido um dos primeiros professores contratados na criação da UFSC, ele tinha um bom trânsito com a gestão da universidade na época.

a realização de uma RBA no momento mais sombrio da Ditadura Militar, no início dos anos 1970, no auge da repressão do AI-5, em um momento em que todas as reuniões de associações científicas estavam suspensas. A ABA não tinha se reunido já há vários anos, pelo exílio de vários antropólogos, como Darcy Ribeiro, e por todo o processo de intervenção que houve nas universidades a partir de 1964.

Florianópolis era um lugar com menos de 100 mil habitantes, uma ilha que, até 1972, quando foi construída a BR-101, era uma capital bastante isolada do restante do Brasil. Essa reunião aconteceu de 12 a 14 de dezembro de 1974; naquele momento, Florianópolis começava a ser descoberta como lugar de praias paradisíacas. As lembranças desta reunião são muito especiais também porque houve muitas atividades de lazer como caminhada/visita na deserta praia da Joaquina e jantar de sequência de camarão na Lagoa da Conceição, dois itens turísticos que são marca da cidade.

Além da ousadia de fazer uma reunião de antropologia naquele momento, esta reunião permitiu que uma nova geração se conhecesse e iniciasse um novo período da história da ABA, que coincidia com o início dos cursos de pós-graduação em antropologia na Unicamp, no Museu Nacional, na USP e na UnB. Depois desse encontro de 1974, a ABA voltou a ter reuniões regulares; desde então, passou a se reunir em todos os anos pares e, desde o início dos anos 1980, passou a acontecer sempre na época da Semana Santa<sup>5</sup>.

A 17ª RBA em Florianópolis (1990):  
aprendendo a organizar uma RBA

A primeira RBA na qual participei da organização foi em 1990, sob a liderança de Silvio Coelho dos Santos. Ingressei como pós-doutoranda, no

---

5 A primeira vez que a data da RBA mudou para o mês de julho foi em 2000, em reunião realizada em Brasília, devido às manifestações relativas aos 500 anos do “descobrimiento” do Brasil, que ocorreram na Semana Santa daquele ano. Desde então, as RBAs têm acontecido entre junho e agosto, com exceção da RBA de 2018 que ocorreu em dezembro, em Brasília, pois organizamos o 18th IUAES Congress em julho, em Florianópolis.

PPGAS da UFSC, em março de 1989. Logo ao chegar, fui convocada para integrar a comissão local que já estava organizando a 17ª RBA, que aconteceu de 8 a 11 de abril de 1990, seguindo a tradição de anteceder à Semana Santa.

Estávamos nos primeiros meses da presidência de Fernando Collor de Mello; e no início de março houve o congelamento de todas as contas bancárias, política que visava à contenção da inflação e que teve um impacto direto na organização desta RBA. Foi um momento político muito dramático porque todas as contas correntes e a poupança foram congeladas e as pessoas estavam autorizadas a gastar apenas um valor muito pequeno do que se tinha no banco. Era impossível viajar com o pequeno valor autorizado para gastos. O anúncio deste plano econômico aconteceu um mês antes da realização da RBA, mas Silvio “fez milagres” para conseguir manter a reunião na data prevista.

Atuar na organização de uma RBA, logo no início de minha carreira, foi uma experiência que me preparou para a organização de inúmeros eventos acadêmicos nas décadas que se seguiram. Nesta 17ª RBA, fui responsável pelo *Antropodicas*, um boletim diário sobre as atividades da Reunião. Eu coordenava uma equipe de estudantes que se reuniam à noite, na sala da direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (dirigido pela colega Anamaria Beck), para redigir e editar o boletim com as notícias do dia. Ficamos até de madrugada na “brincadeira” de produzir este informativo; como não existiam programas de edição acessíveis nos computadores da época, nós literalmente “montávamos” o boletim imprimindo pequenos textos, cortando e colando, às vezes com alguma ilustração amadora. Na manhã seguinte, bem cedo, íamos no xerox e fazíamos cópias do Boletim que era distribuído cedo pela manhã. O *Antropodicas* se tornou um sucesso porque, além das informações sobre as atividades que iam acontecer naquele dia, tinha um setor de breves comentários sobre as atividades do dia anterior, com “fococas” e todo mundo queria “ser notícia”.

Além das atividades sociais tradicionais das RBAs como o baile no último dia do congresso, que neste ano aconteceu no Clube 12 de agosto, com a banda liderada por nosso colega Rafael José de Menezes Bastos e sua companheira Silvia Beraldo, esta RBA inovou com a montagem de exposições

em museus da cidade, articuladamente com o Museu de Antropologia da UFSC. Ajudei a idealizar e montar uma exposição sobre cultura popular e bruxarias no Museu Cruz e Souza e fizemos uma “festa bruxólica” no pátio do museu. No setor gastronômico, conseguimos trazer para a UFSC o Bar do Arantes, um restaurante de pescadores da praia do Pântano do Sul, na época frequentado por um público “alternativo” da cidade. Debaixo de uma grande tenda, o restaurante servia comidas tradicionais de bares de praia; sua presença no campus foi um sucesso, não apenas entre congressistas.

Nesta reunião foi criada a ALA, a Associação Latino-americana de Antropologia, com a presença de lideranças da antropologia de vários países da América Latina. A presença significativa de colegas de todo o continente, na Ilha de Santa Catarina, foi também um marco dessa reunião que ampliou o processo de articulação internacional da ABA, em um momento em que a internalização da ciência brasileira ainda não era uma prioridade nas políticas públicas de Ciência e Tecnologia.

Nos 16 anos que separaram as duas RBAs realizadas na UFSC, houve um aumento importante de público. Na 7ª RBA, de 1974, todas as atividades tinham sido no único auditório que havia na UFSC, o auditório da Reitoria, acolhendo um público de uma centena de pessoas. Em 1990, já com um público aproximado de 500 participantes, fizemos mesas redondas simultâneas em três auditórios, além de ocupar todas as salas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas para os encontros dos 20 Grupos de Trabalho propostos.

### A 25ª RBA em Goiânia (2006)

Esse processo de crescimento das reuniões brasileiras de antropologia continuou por vários anos<sup>6</sup>. Durante minha presidência na ABA (2004-2006), na 25ª RBA que organizamos em Goiânia em 2006, tivemos um público

---

<sup>6</sup> A 29ª RBA, realizada em Natal, em 2014, foi a que registrou maior público: quase 4 mil participantes.

aproximado de 2.000 pessoas; então, precisamos mobilizar mais de 10 auditórios e 40 salas de aula das duas universidades que organizaram a reunião: a Universidade Católica de Goiás e a Universidade Federal de Goiás. Relato, a seguir, um pouco do processo de construção desta reunião, que aconteceu em um momento político muito promissor, o primeiro governo Lula (2002-2006).

Logo no início de nossa gestão – composta pelos colegas Peter Henry Fry (vice-presidente), Cornelia Eckert (secretária), Antonella Tassinari (secretária adjunta), Esther Jean Langdon (Tesoureira), Flavio Braune Wiik (tesoureiro adjunto), Lia Zanotta Machado, Jane Beltrão, Elisete Schwade e Emília Pietrafesa de Godoi (diretoras regionais) –, definimos algumas prioridades de ação; entre elas, tínhamos o desafio de comemorar os 50 anos da ABA, no ano de 2005, e de fazer que a 25ª RBA fosse um espaço de celebração dessas cinco primeiras décadas da história institucional da antropologia brasileira. Para construir esta história criamos um projeto de comemoração itinerante, realizando atividades em uma dezena de lugares significativos para a história da ABA: seja por terem realizado RBAs, seja pelo pioneirismo no ensino e na pesquisa em antropologia<sup>7</sup>.

Em paralelo a este projeto de historicizar a história da ABA, tínhamos de definir o local da 25ª RBA. Havia a possibilidade de realizar uma terceira RBA na UFSC, mas tínhamos acabado de sediar na UFSC uma Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) no final de 2003<sup>8</sup> e havia uma forte demanda de que a reunião ocorresse em novos lugares do Brasil. Era um momento de expansão da pós-graduação em antropologia no Brasil, e tínhamos o compromisso de ampliar o alcance da antropologia para fora do eixo mais central de produção antropológica brasileira da época.

---

7 Esse ciclo de comemorações foi registrado no livro organizado por Cornelia Eckert e Emília Pietrafesa de Godoi. *Homenagens – Associação Brasileira de Antropologia 50 anos*. 1. ed. Florianópolis: Editora Nova Letra, 2006. 450p.

8 Lembrando que a RAM era a continuidade dos encontros que chamávamos de ABA Sul, ou ABinha, que iniciaram em 1987, reunindo os Programas de Pós-graduação em Antropologia do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Pela primeira vez na história da ABA, foi aberto um edital público para que departamentos e programas de pós-graduação de vários lugares do Brasil concorressem ao edital para sediar a reunião. Recebemos várias propostas que foram apresentadas na reunião do Conselho Diretor da ABA na reunião da ANPOCS de outubro de 2004. A proposta de Goiânia, liderada por Manuel Ferreira Lima Filho, que coordenava o Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural na Universidade Católica, era inovadora e ousada e tinha, sobretudo, colegas muito motivados(as) a organizar a reunião. A realização dessa RBA em Goiânia permitiu o encontro e diálogo entre a Universidade Católica de Goiás e a Universidade Federal de Goiás, que resultou posteriormente na criação de um excelente programa de pós-graduação em antropologia, que hoje é uma referência na região Centro-oeste.

Nos 18 meses em que preparamos a reunião, fui várias vezes a Goiânia. Fui percebendo, durante o processo de preparação da reunião, seus pré e pós-eventos, o quanto era importante para a antropologia brasileira conhecer a nova realidade dos sertões do Brasil<sup>9</sup>. Articular duas instituições que concorriam, entre si, em relação à formação em antropologia na região centro-oeste foi um dos bons desafios que encaramos quando foi aceita a candidatura de Goiás para sediar a 25ª RBA. Uma das potencialidades dessa parceria entre as duas universidades, para a realização da reunião, era o fato de ambas terem seus campi em volta de uma praça central da cidade. De um lado da Praça Universitária, localiza-se a Universidade Federal; do outro, a Universidade Católica, o que permitia, apenas atravessando a praça, o uso dos espaços físicos das duas universidades.

Essa praça tornou-se o centro simbólico da 25ª RBA pois, além de ser o lugar de passagem entre os prédios das duas universidades onde

---

9 Lembro do espanto na primeira viagem, quando cheguei no hotel, de ver no hall do hotel uma placa pedindo: “Guarde suas armas dentro do hotel”. “Não ande com as suas armas visíveis”. Tive ali um choque cultural em relação ao tema do armamento, que não estava na ordem do dia em 2005.

aconteciam atividades acadêmicas, era nela que aconteciam todas as atividades culturais, de lazer e alimentação. Instalamos na praça grandes tendas que acolhiam vendedores de lanches e refeições; também abrimos espaço, com tendas específicas, para grupos ativistas de diferentes movimentos sociais. Uma destas tendas se chamava Tenda Lilás, onde foram realizados debates e distribuído material informativo dos movimentos feministas e LGBTQIA+. O movimento feminista de Goiás, liderado pelo Transas do Corpo, tinha uma forte articulação com outros movimentos de mulheres que se revezaram na tenda apresentando seus projetos ativistas. Também o grupo Colcha de Retalhos, liderança do movimento LGBTQIA+ com foco no movimento estudantil da UFG, participou ativamente deste espaço e atuou intensamente no apoio, enquanto equipe de monitoria, em toda a RBA. Além de ser o espaço de alimentação, com barraquinhas de diferentes comidas regionais e muitas mesas, onde se comia, bebia e se conversava ao longo de todo o dia, na praça havia artesãos que vendiam seus produtos e uma intensa programação cultural com grupos artísticos que se revezavam em performances. Esse modelo de tendas em um espaço ao ar livre para a convivência passou a fazer parte da estrutura de acolhimento das RBAs desde então.

A praça foi também palco de algo que marcou esta RBA em Goiânia: o fato de ter sido realizada durante a Copa do Mundo de 2006. Como havia jogos do Brasil em períodos de atividades acadêmicas da RBA, organizamos um grande telão na praça para assistir aos jogos. Tivemos dois momentos em que todas as atividades acadêmicas foram interrompidas para a congregação coletiva na praça, face ao telão que transmitia os jogos. Foram momentos fortes de *communitas* existencial na alegria das vitórias do Brasil. O impressionante era que, uma vez acabados os jogos, todo mundo voltava às salas onde se reuniam os Grupos de Trabalho, interrompidos pelos jogos.

Entre as inovações desta RBA, destacamos a criação de um espaço de recreação infantil que veio a se tornar também uma marca pioneira da ABA enquanto associação científica no Brasil. No início dos anos 2000, ainda não existiam os importantes movimentos de mães cientistas, que hoje

representam significativa parcela das jovens antropólogas, mas já tínhamos a preocupação feminista de acolher filhas e filhos de mães pesquisadoras que viriam a Goiânia; foi neste sentido que iniciamos o espaço que hoje é chamado de “abinha”, um espaço de acolhimento de crianças, onde são realizadas atividades lúdicas e educativas vinculadas aos temas das RBAs.

Naquele momento a ABA já tinha prêmios importantes, como o ABA-Ford de Direitos Humanos e o Prêmio Pierre Verger para produções audiovisuais e, face ao crescimento do interesse de estudantes de graduação pela antropologia, pensamos, juntamente com a recém-criada comissão de Ensino de Antropologia, que estava na hora de criar um prêmio específico para esse nível de formação antropológica. Assim, criamos o Prêmio Lévi-Strauss para pesquisas de graduação com duas modalidades: pôster e artigo. A modalidade pôster seguiu o modelo das exposições das premiações de Iniciação Científica do CNPq com resultados de pesquisas, já a modalidade artigo previa um texto resultante de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), orientados por antropólogas(os). Em sua primeira edição, o prêmio já recebeu significativo número de inscrições e tivemos um efervescente espaço de trocas entre jovens e o júri composto por antropólogas(os) sêniores e estrangeiras(os) presentes na reunião. Seguindo o mesmo princípio de valorizar a graduação, a mesma comissão criou o prêmio de Ensino de Antropologia para docentes que se destacam na formação de graduação e pós-graduação.

Instituímos, nesta reunião, a realização de pré e pós-eventos, encontros menores temáticos organizados por algumas comissões da ABA, visando a um aprofundamento maior de determinados temas e construção de propostas concretas de políticas públicas para determinados grupos e temáticas. Hoje os pré e pós-eventos já são corriqueiros nas RBAs. Em 2006 nós tivemos um pré evento sobre a questão quilombola, que contava com apoio do INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para os dois pós eventos, que aconteceram fora de Goiânia, na cidade histórica de Goiás Velho, sobre os temas do patrimônio e de questões de gênero, parentesco e sexualidade, contamos com apoios da Fundação Ford, do IPHAN e da Secretaria de Políticas para Mulheres. Esta RBA foi organizada na semana

das festividades de Corpus Christi e a realização dos pós-eventos em Goiás Velho nos proporcionaram uma experiência intensa, na convivência com a religiosidade popular do Centro-oeste em procissões e outras atividades rituais.

Em nossa gestão, de 2004 a 2006, estávamos, como já disse, no início do primeiro governo Lula, um momento muito rico, na articulação da ABA com ministérios e instituições públicas responsáveis pelas políticas públicas federais direcionadas aos grupos e povos estudados pela antropologia brasileira. Ao longo dos dois anos em que estivemos à frente da ABA, fizemos convênios e tivemos parcerias importantes com vários ministérios. Vários deles apoiaram a 25ª RBA, em atividades sintonizadas com seus objetivos, como questões quilombolas, de grupos camponeses, indígenas, mulheres, patrimônio, direitos humanos, política cultural, entre outros. Além das parcerias e do diálogo produtivo com organismos estatais, tínhamos muita articulação com diferentes movimentos sociais. Foram “anos de ouro” da política brasileira em que nós pudemos mostrar a utilidade e a importância do saber antropológico para a produção de políticas públicas para os grupos subalternizados na sociedade brasileira. Isso se refletiu na reunião não só pelo financiamento, mas sobretudo em inúmeras atividades como diferentes prêmios, pré e pós-eventos temáticos, acolhimento de grupos que vieram fazer apresentações culturais e vender artesanato. Esta articulação da ABA com o Estado se refletiu também no privilégio de termos muitas autoridades do governo federal (entre elas, CAPES e CNPq) participando da reunião e na honra de recebermos a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria de Políticas para Mulheres, na sessão solene de abertura.

## Memórias, compromissos e desafios para uma história plural da antropologia brasileira

Por fim, a partir do exercício de memória que tivemos ao participar de inúmeros eventos de comemoração dos 70 anos da 1ª RBA, gostaria de problematizar algumas questões que o ciclo organizado pela ABA nos provocou.

Como transmitir a história da ABA às novas gerações de antropólogas e antropólogos que estão ingressando em nosso *métier*? Que lembranças importam? Qual o papel dos arquivos para a transmissão da história da antropologia brasileira? Como introduzir o ensino dessa história na formação de graduação e pós-graduação hoje no Brasil?

No ciclo de webinários comemorativos dos 70 anos das RBAs, ocorridos desde o final de 2023, tivemos a possibilidade de reativar nossas memórias das reuniões que organizamos e fomos juntas(os) construindo novas narrativas e interpretações sobre o vertiginoso crescimento da antropologia brasileira nas últimas décadas. Produzimos, de forma intensa, a transmissão oral desta história; todavia, é importante lembrar que, desde a década de 1990, a ABA tem depositado no arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp) seus documentos institucionais e materiais das RBAs organizados por gestão. No final de 2006, enviamos para lá todo o material gráfico da 25ª RBA e outros produtos, como camisetas, canetas, bonés, aventais, garrafas de água, que foram produzidos para a reunião de Goiânia. Temos, portanto, um arquivo físico no qual podemos guardar documentos e fazer pesquisas sobre nossa história. Entretanto, com o crescimento dos arquivos digitais, sabemos que cada vez mais é no canal *YouTube* da TV ABA, e em outros canais virtuais, que vamos buscar subsídios para conhecer o pensamento antropológico mais contemporâneo e pensar a história recente da Antropologia Brasileira. Tivemos, nas últimas duas décadas, um crescimento vertiginoso de novas revistas de antropologia e de coletâneas e outras publicações que trazem a produção antropológica atual. É este material que tem servido a muitas(os) de nós, de apoio para nossas aulas e para nossas pesquisas na graduação e na pós-graduação.

Essa vasta produção traz uma nova história da antropologia: uma história que já incorpora questões regionais, de gênero, raciais, e de muitas outras novas problematizações de nossa disciplina. Tivemos, durante a pandemia de Covid-19, seu momento mais intenso de produção; mas, agora temos um novo desafio: a construção de arquivos acessíveis dessa memória recente, de textos, vídeos, podcast, entre outros.

Para além da produção de arquivos, vamos precisar ter uma formação específica para seu uso. Necessitamos inserir, na formação metodológica de antropologia, o uso e tratamento de arquivos, fazer os nossos manuais de etnografia de arquivos, de como se comportar face aos documentos escritos/visuais e como utilizá-los de forma mais sistemática em nossas pesquisas e em sala de aula.

Concluo que produzir a história das Reuniões Brasileiras de Antropologia é tanto produzir a história da ABA quanto da antropologia enquanto disciplina. Vimos, no ciclo dos 70 anos de RBAs, que nossas lembranças das reuniões que organizamos e/ou participamos fazem sentido quando, ao serem compartilhadas, deixam de ser experiências individuais e se tornam parte da memória coletiva que estrutura institucionalmente a antropologia brasileira.